

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA ONZE DE JUNHO**
3 **DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
4 **E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO:13h45min. QUORUM DE ABERTURA:** Constatada
5 a presença dos conselheiros (as): Maria Martins da Silva Gomes (representante da sociedade civil –
6 Associação Natal Justino da Costa); Neuzira Cardoso Otoni (representante da sociedade civil -
7 Representante dos Psicólogos); Rubia Janaína da Silva Rodrigues (Representatividade da Sociedade
8 Civil – APAE); Daniel Furtado Lemos (representante do governo - SESAU); Elizênia Gomes
9 Camacho (representação entidade assistencial - Associação Mão Amiga -titular); Eudes Barbosa da
10 Costa (representante do governo - Gabinete); Gilmar da Silva Lima (representante do governo -
11 SEMDESC); Lucidalva Barreto dos Santos (representante da sociedade civil - Núcleo dos
12 Assistentes Sociais); Severina Alda de Aguiar (representante da sociedade civil - Núcleo dos
13 Assistentes Sociais); e Otáclia Alves da Rocha (representante do governo – SEMED), Ainda
14 presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi e Thaís Pereira Souza da Costa, técnicas da SEMDESC;
15 Larissa Carolina Barros Menezes e Kamilla Sousa Sales, Chefe da Divisão dos Conselhos ligados à
16 Área Social e assessora especial de gabinete, respectivamente. Como convidados, Karine Pereira
17 Gomes e Amanda Silva Fonseca, coordenadora e técnica das unidades de acolhimento institucional,
18 em modalidade Casa Lar. Constatado o quorum, a presidente deu boas vindas a todos, iniciando
19 com o primeiro ponto de pauta: " *Relatório SIM - SUAS do mês de maio/2014* ". A técnica da
20 SEMDESC, Isabel repassou aos conselheiros a forma impressa dos relatórios encaminhados via
21 sistema eletrônico, através do SIMSUAS, ao Estado de Minas Gerais. Foram lidos e apreciados os
22 dados de atendimento da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial do município, além do
23 saldo financeiro do recurso destinado pelo estado ao município, referente ao PISO MINEIRO, no
24 valor de R\$ 204. 236,34 (duzentos e quatro mil duzentos e trinta e seis reais e trinta e quatro
25 centavos). A presidente do CMAS, questionou a demora para entrega dos kits que compõe o auxílio
26 natalidade, os quais serão comprados com a utilização do PISO MINEIRO, perguntando acerca do
27 prazo para recebimento dos kits. O conselheiro e secretário da assistência social, Gilmar, respondeu
28 que a empresa licitada esta em atraso de 90 (noventa) dias, mas que tem ligado constantemente para
29 empresa, localizada no município de Patos de Minas - MG, que se comprometeu a entregá-lo em 15
30 (quinze) dias, mas se comprometeu a verificar uma forma de resolução rápida junto ao setor de
31 licitação da prefeitura. Alda pediu que os dados apresentados possam ser repassados, através de
32 dados comparativos. Isabel explicou que o mês passado e este mês, não foi possível elaborar o
33 comparativo em virtude dos relatórios terem sido entregues com um dia de antecedência,
34 considerando ainda que os Cras estão empenhados no preenchimento do Sistema de Informação do
35 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SISC e ainda na alteração na data da reunião
36 deste CMAS. Após análises, passou-se os relatórios para apreciação, tendo sido aprovados da

37 seguinte forma: Eudes (aprova); Elizenia (aprova) Otacília (aprova); Gilmar (aprova); Lucidalva
38 (aprova); Maria (aprova); Neuzira (aprova); Daniel (aprova) e Rúbia (aprova). Passando ao segundo
39 ponto de pauta " *Apresentação dos últimos relatórios de visitas de fiscalização a rede*
40 *socioassistencial*". Os relatórios de visita, não serão apresentados. A comissão justificou a
41 dificuldade em conciliar tempo para finalizar as visitas às unidades de Associação Mão Amiga,
42 Cras Polo 1 e 2 e Casa Lar 2. Solicitou-se novo prazo para leitura e apresentação do relatório,
43 ficando para próxima reunião. Passando ao terceiro ponto de pauta " *Apreciação do Relatório Final*
44 *do Plano de Trabalho do Cadastro Único*", a conselheira Rubia, leu o relatório da comissão que
45 analisou o Plano de Trabalho e Aplicação do recurso IGD-PBF, a qual sugeriu alterações nas ações
46 e modo de aplicação do recurso, através de capacitação, planejamento e pertinência frente a
47 realidade de atendimento do mesmo. Alda disse que a intenção de adquirir um veículo para
48 acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades é muito importante, mas
49 não entendeu qual a justificativa de priorizar este veículo para atendimento de zona rural apenas.
50 Quanto ao laboratório de informativa, a comissão entendeu ainda ser necessário a quantificação de
51 recursos humanos envolvidos e número de beneficiários que serão atingidos, para melhor
52 efetividade da ação, tendo em vista, que o laboratório de informática poderia ser descentralizado
53 nos territórios de cada Cras, para um maior alcance de beneficiários. O conselheiro Gilmar da Silva
54 Lima ausentou-se da reunião, tendo sido substituído pelo conselheiro Valdir Pereira da Silva. Alda
55 ainda mencionou acerca de uma situação, que não foi exposta no relatório, como a contratação de
56 terceiro com o recurso do IGD-PBF, situação esta que não passou por apreciação deste conselho,
57 tampouco para conhecimento. Maria questionou se a comissão esta sugerindo o retorno do relatório
58 para que possa ser alterado, a partir das sugestões da comissão. Alda disse que sim, desse modo,
59 Lucidalva passou para votação do relatório, mencionando que abstém do direito de votar passando
60 para sua suplente, tendo ocorrido da seguinte forma: Eudes (aprova a sugestão da comissão);
61 Otacília (aprova a sugestão da comissão); Valdir (abstém devido não ter participado da discussão);
62 Severina Alda (aprova a sugestão da comissão); Elizenia (aprova a sugestão da comissão); Maria
63 (aprova a sugestão da comissão); Neuzira (aprova a sugestão da comissão); Daniel (aprova a
64 sugestão da comissão) e Rúbia (aprova a sugestão da comissão). Desse modo, a secretaria executiva
65 encaminhará as propostas da comissão, através do relatório, explicando acerca da decisão deste
66 conselho. Passando para o quarto ponto de pauta " *Relatórios da Comissão de Análise de Pedido de*
67 *Inscrição, acerca dos Relatórios 2013 e Planos 2014 das Entidades Inscritas*", a comissão de
68 análise de pedido de inscrição, disse que não foi possível reunir-se para realizar análise dos
69 documentos e ainda, mencionou sobre a dificuldade de alguns membros em participarem de
70 comissões. Assim optou-se por **recompôr a Comissão Permanente de Inscrição de Serviços,**
71 **Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais** da seguinte forma: Lucilena Nunes de Araújo,
72 Neuzira Cardoso Otoni, Maria Geralda Araújo, Daniel Furtado Lemos, Dilma das Graças, Elizenia

73 Gomes Camacho, incluindo a conselheira: Maria Martins da Silva Rodrigues. E ainda foi agendado
74 reunião para o dia vinte e quatro de junho às treze e trinta na sede da SEMDESC. O conselheiro
75 Gilmar Lima, voltou a participar da reunião, sendo que seu suplente, Valdir Pereira, ausentou-se
76 nesse momento. Passando para o quinto ponto de pauta "*Relatórios da Comissão Temporária de*
77 *acompanhamento dos Planos das PCH de Unaí-MG – Plano PCH Fogos*". Lucidalva começou com
78 a leitura do relatório elaborado a partir da análise do Plano de Assistência Social - PAS da PCH
79 Fogos. O relatório apresentou algumas considerações, como falha nas informações referentes a rede
80 municipal, bem como jornada de trabalho do profissional de serviço social e por fim ressaltou ao
81 CEAS-MG que o mesmo solicite ao empreendedor o cumprimento do Capítulo III da Resolução
82 318/2010-CEAS-MG, que determina o envio de cópia de todos documentos enviados ao Conselho
83 Estadual, para CMAS/UNAÍ-MG. Assim, passou a votação do relatório PCH Fogos, da seguinte
84 forma: Eudes (aprova o relatório); Otacília (aprova o relatório); Gilmar (aprova o relatório);
85 Lucidalva (aprova o relatório); Maria (aprova o relatório); Neuzira (aprova o relatório); Daniel
86 (aprova o relatório) Elizenia (aprova o relatório) e Rúbia (aprova o relatório). Quanto ao relatório
87 da PCH Unaí Baixo, foi decidido que será agendado reunião extraordinária para apreciação do
88 mesmo, tendo em vista que as atividades do Posto de Atendimento Social, estão sendo encerradas.
89 Assim, foi agendada reunião para o dia vinte e seis de junho às treze e trinta na SEMDESC. Tendo
90 em vista os "*Informes Gerais*", o secretário e conselheiro Gilmar Lima, solicitou abertura de pauta
91 acerca de recurso de cofinanciamento do Governo Federal para o Serviço de Acolhimento. A
92 presidente acatou o pedido, passando a palavra ao secretário da assistência social. Gilmar explicou
93 que o referido recurso desde o início de seu repasse, esta sendo destinado à Associação Mão Amiga,
94 que oferta serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, em modalidade de
95 abrigo, tendo sido essa a única unidade no município até 2011. Entretanto, em janeiro de 2012 foi
96 implantada a primeira unidade de atendimento pública, em modalidade Casa Lar , atendendo 10
97 crianças e adolescentes. Em março de 2014 foi implantada a segunda unidade de Casa Lar, também
98 atendendo 10 crianças e adolescentes, totalizando em capacidade máxima de 20 atendimentos,
99 totalmente custeados com recursos municipais. Disse ainda que atualmente a prefeitura aumentou a
100 subvenção repassada à Associação Mão Amiga, para R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais) mês e que
101 por essa realidade, entende ser necessário a utilização do recurso federal, para manutenção das
102 unidades de Casas Lares. Gilmar explicou que atualmente o recurso federal está em R\$ 3.400,00
103 (três mil e quatrocentos reais), que acrescidos de 20% de contrapartida do município, são
104 repassados R\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais) mês à Associação Mão Amiga, além do valor da
105 subvenção. Amanda e Karine elencaram as dificuldades financeiras que o serviço vem enfrentando,
106 afetando inclusive a alimentação das crianças. Disseram que por ser um serviço ofertado
107 exclusivamente pela prefeitura, a comunidade em geral resiste em auxiliar financeiramente, o que
108 não ocorre com as entidades sem fins lucrativos, que compõem a rede socioassistencial do

109 município. Rubia disse ser importante realizar visita a Associação Mão Amiga, antes que seja
110 votado o exposto. Alda disse que o que deve ser considerado é a discrepância dos valores de
111 financiamento destinados ao mesmo serviço, que é operacionalizado por diferentes instituições,
112 qual seja, Prefeitura Municipal de Unai e Associação Mão Amiga, ressaltando que atendem o
113 mesmo quantitativo de 20 (vinte) vagas cada um. Lucidalva disse que entende a importância do
114 conselho acompanhar a qualidade do serviço prestado, pelo poder público, com o mesmo olhar que
115 o faz para as entidades inscritas, porém, reconhece que a gestão não se faz sem financiamento,
116 concordando assim que o recurso seja aplicado onde esta sendo necessário, qual seja, as Casas
117 Lares. No entanto, solicitou ao gestor Gilmar, que apresente relatório de aplicação dos recurso
118 alocados no FMAS para o SUAS. Disse que entende que a Associação Mão Amiga não ficaria
119 prejudicada, pois há investimento público, através de subvenção municipal. Rubia disse que há que
120 se preocupar com o planejamento financeiro anual da entidade, que conta com o recurso. Lucidalva
121 refletiu sobre a questão da sustentabilidade de cada entidade, disse que uma organização não pode
122 ter mais de 90% dos seus recursos, com fonte pública. Disse ainda que quando do aumento de mais
123 de 50% das subvenções municipais, este conselho não foi consultado e que essas questões devem
124 passar por discussões junto ao controle social. Após análise e discussões pertinentes, decidiu-se por
125 votar na proposta da gestão de assistência social: Eudes (aprova o repasse do cofinanciamento para
126 as unidades de Casa Lar); Elizenia (abstém o voto por ser funcionária da Associação Mão Amiga)
127 Otacília (aprova o repasse do cofinanciamento para as unidades de Casa Lar); Gilmar (aprova o
128 repasse do cofinanciamento para as unidades de Casa Lar); Lucidalva (aprova o repasse do
129 cofinanciamento para as unidades de Casa Lar); Maria (aprova o repasse do cofinanciamento para
130 as unidades de Casa Lar); Neuzira (aprova o repasse do cofinanciamento para as unidades de Casa
131 Lar); Daniel (aprova o repasse do cofinanciamento para as unidades de Casa Lar) e Rúbia (aprova o
132 repasse do cofinanciamento para as unidades de Casa Lar). Foi decidido que a entidade Associação
133 Mão Amiga, deverá ser comunicada imediatamente da decisão, para que possa planejar seus gastos
134 e ainda, ao controle interno da prefeitura. Alda solicitou fala também para expor situações
135 problemas da Habitação de Interesse Social. Concedido a fala, a conselheira mencionou sobre as
136 situações de irregularidade habitacional no bairro Santa Clara, de casas populares financiadas pela
137 Caixa Econômica e doadas há aproximadamente seis anos. Alda disse que está realizando
138 atualização cadastral no bairro, para conhecer as situações das famílias residentes no bairro. Disse
139 que está realizando o recadastramento em finais de semana, com a participação mais uma técnica da
140 habitação e Cadúnico, além de estagiários da Faculdade FACISA. Explicou que estão recebendo
141 intimidação por parte de alguns moradores e informou que na semana passada foram convidados a
142 participar de reunião convocada pelo vereador Netinho do Mamoeiro, morador da região, na
143 Associação dos Moradores do Bairro Mamoeiro. Disse que a reunião não foi produtiva, que a
144 comunidade parecia induzida a não cooperar com a discussão. Na ocasião a presidente da

145 Associação do bairro Santa Clara, solicitou que as reuniões referentes ao bairro Santa Clara, fossem
146 discutidas no próprio bairro, sendo encaminhado ofício a SEMDESC, solicitando reunião com a
147 mesma. Alda informou que a reunião aconteceu no bairro Santa Clara, que em primeiro momento
148 pode-se esclarecer as dúvidas dos moradores e do real objetivo do trabalho habitacional na
149 localidade, no entanto, certo momento a reunião foi ocupada por três vereadores, sendo os Senhores
150 Netinho do Mamoeiro, Edmilton e Paulo do SAAE, que solicitaram fala, tendo sido concedido,
151 porém, a presidente da associação, entendeu que a discussão tornava-se política-partidária,
152 suspendendo o direito de fala dos mesmos. Porém, ao final da reunião o vereador Netinho do
153 Mamoeiro concentrou-se em frente ao local, instigando as pessoas que lá estavam, tumultuando a
154 situação. Alda informou que enquanto profissional, comunicará o Conselho Regional de Serviço
155 Social - CRESS, vez que entende que foi afetada e constrangida em seu exercício profissional,
156 exigindo que o mesmo tome providências com relação a atitude dos senhor vereador. Alda ressaltou
157 ainda, que diante o exposto, o trabalho de campo que vinha sendo realizado, foi por ora suspenso,
158 pois entendem não haver nem mesmo condições seguras para realização do mesmo, sendo que
159 ainda restam 98 casas a serem visitadas. O conselheiro e secretário Gilmar informou que foi extra-
160 oficialmente informado que será convocado a comparecer a reunião da Câmara Municipal, e que
161 havendo a formalização irá acompanhado do procurador geral do município, com vistas a
162 esclarecerem que a administração não corroborará de nenhuma ação ilegal ante a resolução dos
163 problemas do Bairro Santa Clara, e que toda e qualquer decisão será pautada por critérios legais e
164 totalmente técnicos. Alda sugeriu que seja enviado ofício aos poderes legislativo e executivo
165 pedindo providências quanto ao ocorrido, sendo acatado por todos os presentes. Desse modo, a
166 presidente Lucidalva Barreto dos Santos encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu,
167 Thaís Pereira Souza da Costa, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes em
168 reunião posterior. ENCERRAMENTO:16h40min.

169